



# ELEMENTOS NÃO VERBAIS NO PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO

**Evelyn Cristine Roma**  
(UFBA)

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES
<p><b>Evelyn Cristine Roma</b> é estudante do curso de Letras Estrangeiras Moderna e Clássica (Língua Inglesa), na Universidade Federal Da Bahia. Atuante no (NUPED) Núcleo de Pesquisa do Discurso. Desenvolve estudos nas áreas de: Linguística, Análise do Discurso e Linguística Textual. E-mail: <a href="mailto:evelynanjosaroma@hotmail.com">evelynanjosaroma@hotmail.com</a>.</p>

RESUMO	ABSTRACT
<p>Este artigo propõe realizar uma releitura da linguística textual: da fase transfrástica ao momento sociocognitivista, objetivando destacar algumas das suas lacunas, ligadas em especial à concepção de texto, o seu objeto de estudo que, apesar dos seus avanços inscritos no seu momento sociocognitivista, ainda se volta exclusivamente para a linguagem verbal, excluindo, de forma incisiva, os signos não verbais. Para tanto, tem como alicerce teórico a Linguística Textual (LT), pautada, sobretudo, nas reflexões do filósofo russo Bakhtin (2003), para o qual "a comunicação verbal é sempre acompanhada por atos sociais de caráter não-verbal (gestos do trabalho, atos simbólicos de um ritual, cerimônias, etc.) [...]". Assim, pretendemos desenvolver algumas considerações sobre a referenciação, instaurada na LT a partir da década de 90 do século XX, que, embora tenha trazido contribuições basilares à ciência do texto, as suas análises demonstram ainda um apego ao código verbal; para minimizar essa lacuna, sugerimos ampliá-la, denominando-a de "Referenciação Semiotizada", no sentido de também considerar os signos não linguísticos no processo de referenciação.</p>	<p>This project proposes to carry out a re-reading of textual linguistics: from the transphrastic phase to the sociocognitivist moment, aiming to highlight some of its shortcomings, especially related to the conception of text, its object of study that, despite its advances registered in its sociocognitivist moment, still focuses exclusively on verbal language, excluding, incisively, the non-verbal signs. To do so, it has Textual Linguistics (LT) as theoretical foundation, based mainly on the reflections of the Russian philosopher Bakhtin (2003), for whom "verbal communication is always accompanied by non-verbal social acts (work gestures, symbolic acts of a ritual, ceremonies, etc.) [...]". In this article, we intend to develop some considerations about the referencing, established in LT from the 90s of the twentieth century, which, although it has brought basic contributions to the science of text, its analyses still demonstrate an attachment to the verbal code; to minimize this gap, we suggest expanding it, calling it "Semiotized Referencing", in order to also consider the non-linguistic signs in the referencing process.</p>

PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
Linguística Textual; Elementos não verbais; Referenciação Semiotizada.	Textual Linguistics; Non-verbal elements; Semiotic Referencing.



## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é fazer uma breve revisão das fases da Linguística Textual (LT), quais sejam: transfrástica, gramáticas de texto, teorias de texto e o momento sociocognitivista de Koch (2004), visando analisar como os signos não-verbais são ora vistos ora ignorados como elementos constitutivos do texto, estando-os vinculados às funções de coesão e de coerência textual nas diferentes fases dos estudos linguísticos.

Percebe-se uma tendência, principalmente de linhas associadas ao formalismo linguístico, de ignorar essa constituição. Para tanto, vamos focalizar, sucintamente, os aspectos centrais do funcionalismo linguístico para adentrar na exposição do desenvolvimento histórico da LT e finalmente dar destaque à Fase Bakhtiniana (HEINE, 2012) que propõe uma ampliação do conceito de referenciação para “Referenciação Semiotizada” abarcando, assim, os elementos não-verbais como elementos plenamente constitutivos do texto.

No que tange à análise teórica referente ao Paradigma Funcional, compreende-se que o mesmo se iniciou no século XX, por intermédio de pesquisadores que questionavam e criticavam o Estruturalismo de Saussure e o Gerativismo de Chomsky, em razão de ambos instituírem como objeto de estudo ora a *langue* (Saussure), ora a competência linguística (Chomsky), resultando em uma linguística fora das práticas sociais, excluindo, pois, a comunicação viva, efetivada pelos interlocutores do discurso.

O paradigma funcional, então, surge com a proposta, em contraponto à imanência linguística, valorizando pesquisas voltadas para o uso linguístico, isto é, para a efetivação do processo de comunicação. Conforme dito por Cunha no excerto abaixo:

Os funcionalistas concebem a linguagem como um instrumento de interação social, alinhando-se, assim, à tendência que analisa a relação entre linguagem e sociedade, [...] seu interesse de investigação linguística vai além da estrutura gramatical, buscando na situação comunicativa que envolve os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo e a motivação para os fatos da língua (CUNHA, 2008, p. 157).

Vale ressaltar que, no funcionalismo, a língua é vista como um instrumento de interação social, analisada a partir de situações concretas de interação, prioritariamente identificadas e classificadas por referência ao papel que desempenham na comunicação (MARTINET, 1994, p. 86-87). Fundamenta-se filosoficamente na Pragmática, que se instaurou no final do século XIX com o objetivo de estudar a língua em uso; dessa forma, “o significado de uma expressão (palavra, frase) é o seu uso ou aplicação na linguagem” (COSTA, 2007, p. 38), ou seja, “as palavras só adquirem significado no fluxo da vida; o



signo, considerado separadamente de suas aplicações, parece morto, sendo no uso que ele ganha o seu sopro vital” (WITTIGENSTEIN, 1993 apud COSTA, 2007, p. 38).

A Pragmática é então conceituada como a ciência do uso linguístico que estuda a relação entre a estrutura da linguagem e seu uso; e caracteriza-se por abarcar o contexto extralinguístico, que ganha relevância para a compreensão do texto. Conseqüentemente, a linguagem deixa de ser vista como um sistema de mostraçã de objetos, excluindo a possibilidade de representar o mundo, pois, a pragmática “concebe a linguagem como uma atividade construída pelos interlocutores, ou seja, é impossível discutir linguagem sem considerar o ato de linguagem, o ato de estar falando em si – Assim, a linguagem não é descrição do mundo, mas uma ação” (AUSTIN, 1962 apud PINTO, 2001, p. 57).

Diferentemente dos momentos anteriores, quando o foco predominava na imanência do sistema linguístico, excluindo assim, o sujeito de seus estudos, a Pragmática, por estudar a língua em uso, detém um sujeito pragmático que é definido por ser livre, individual, intencional, de vontade própria, que visa de algum modo agir de forma consciente sobre o seu interlocutor na instância discursiva. A concepção de texto, nesse momento, também é diferenciada, sendo estudada não mais como um sistema abstrato fechado, mas como um processo que se constrói e se desenvolve na instância discursiva.

## 1 O SURGIMENTO DA LINGÜÍSTICA TEXTUAL

A Linguística Textual (LT) surge, no século XX da década de 60, especialmente na Alemanha, com o objetivo de estudar o texto como seu objeto de estudo; é filiada ao funcionalismo, pois representa uma das suas ramificações, sendo assim, também busca estudar a língua em seu real uso, analisando-a de forma processual. A LT divide-se tradicionalmente em três principais fases, a saber: a transfrástica (denominada também como interfrástica); as gramáticas de texto; e teorias de texto (virada pragmática).

A transfrástica, sua primeira fase, centrada nos estudos endofóricos da coesão textual, preocupou-se em fazer descrições de fenômenos sintático-gramaticais correferenciais, que se efetivam pautados na materialidade linguística, apenas. A sua concepção de texto restringe-se à sucessão de unidades linguísticas constituída mediante a concatenação pronominal interrupta, sendo assim, “a interpretação de algum elemento do discurso é dependente da de outro” (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 6).

A segunda fase, gramáticas de texto, limitou-se também aos estudos dos fenômenos sintático-semânticos, buscando a reconstrução do texto como “sistema uniforme, estável e abstrato” (BEAUGRANDE, 1997 apud HEINE, 2014, p. 28),



características bem similares à concepção de texto no paradigma formal da linguagem; dessa forma, à semelhança da primeira fase, o texto era tratado somente na sua superficialidade, sendo conceituado como cotexto, isto é, o texto enquanto materialidade linguística, estando o sujeito subordinado a esse sistema linguístico, que exclui todo o conhecimento a ele inerente. Percebe-se, ainda nessa fase, a presença de alguns pressupostos teóricos do gerativismo, pois, os textualistas tentaram elaborar regras que deveriam abarcar a estrutura de todos os textos, tendo como posicionamento teórico central a tese de que “todo falante de uma língua tem a capacidade de distinguir um texto coerente de um aglomerado incoerente de enunciados” (KOCH, 2004, p.6).

Já na terceira fase, as teorias de texto, comumente denominada de Virada Pragmática, ocorre a entrada da pragmática na LT, ciência que estuda o uso linguístico nas suas práticas sociais. O excerto textual a seguir traz sucintos esclarecimentos sobre a referida filosofia; nessa fase, de acordo com Heine, o contexto é:

eminentemente pragmático preocupado em estudar o sentido de um enunciado, proveniente do uso e da intencionalidade do seu interlocutor; relacionada às extensões referenciais, em especial aos dêiticos espaciais/temporais, e aos conhecimentos partilhados dos interlocutores do discurso. Tem-se, portanto, uma noção ampla, e pelo fato de considerar não só o contexto de produção, mas também as condições pragmáticas e cognitivas que constituem o ato comunicativo, na sua totalidade (HEINE, 2001).

Nesse momento, em que o contexto pragmático ganha relevância para a compreensão do texto, que passa de produto acabado a processo [...] “resultado de operações comunicativas e processos linguísticos em situações sociocomunicativas” (BENTES, 2001, p. 247), sendo visto como opaco e não transparente semanticamente, o que significa dizer que o sentido é processado durante o ato comunicativo, dependendo da interface entre a materialidade linguística, a intenção do falante e o contexto imediato. É pertinente registrar que esse falante refere-se ao sujeito pragmático, sujeito individual, de vontade própria, que visa, de algum modo, agir conscientemente sobre o seu interlocutor na instância discursiva e responsável por seu sentido textual.

A Virada Pragmática trouxe grandes contribuições para a linguística, em especial, para o tratamento do texto em sala de aula, pois, ao considerar o texto como processo, a LT revolucionou os métodos tradicionais de interpretação textual, levando os professores a transcenderem a visão cristalizada de que a atividade de compreensão textual se limitava à pura atividade de decodificação. Porém, a exclusão do sujeito no plano social e dos aspectos histórico-ideológicos fizeram com que os linguistas de texto buscassem novos espaços teóricos, que pudessem preencher as lacunas ligadas à tessitura textual e ao processo de construção de sentidos, dentre outros.



## 2 ASPECTOS DO SOCIOCOGNITIVISMO INTERACIONISTA

Os estudos do sociocognitivismo interacionista (KOCH, 2004) se iniciaram contrapondo as propostas estabelecidas no pensamento das ciências cognitivas clássicas, que se preocupavam “fundamentalmente com aspectos, internos, mentais, individuais, inatos e universais do processamento linguístico” (MUSSALIN; BENTES, 2004, p. 254); esse cognitivismo dissociava o corpo da mente, ignorando, dessa forma, o social do mental, significando, dessa maneira, ignorar qualquer aspecto social da linguagem, porém, o sociocognitivismo interacionista, uma das ramificações da LT, reformula essa concepção dada pelos cognitivistas, argumentando a impossibilidade de haver separação entre o corpo e a mente, isto é, o social e o mental, pois ambos agem em conjunto, como dito por Koch e Cunha-Lima (2004) no trecho a seguir:

[...] mente e corpo não são duas entidades estanques; a concepção da mente desligada do corpo começa a cair como um todo, quando várias áreas das ciências (neurobiologia, antropologia, linguística) começam a investigar com mais vigor esta relação e vêem que muito da nossa razão tem por base mesma a nossa percepção e a capacidade de atuação física do mundo [...]. As atividades cognitivas não estão separadas das interações com o meio, nem, obviamente, da vida social [...] (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004, p. 271)

O sociocognitivismo tem início na década de 80, contudo, percebe-se que os seus estudos no Brasil se intensificaram somente a partir do século XXI. Esse momento da LT caracteriza-se por abarcar, nas suas análises, os aspectos sociais, culturais e interacionais aos conhecimentos do processamento cognitivo, visando, dessa maneira, explicar a realização do processamento textual:

O texto passa a ser considerado o próprio ligar da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que - dialogicamente - nele se constroem e por ele são construídos. A produção da linguagem constitui atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de sentidos, que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução - e a dos próprios sujeitos - no momento da interação (KOCH, 2004, p. 21)

O processamento textual, segundo Heinemann e Viehweger (apud KOCH, 2004, p. 21), é então constituído de quatro sistemas de conhecimento: o linguístico (conhecimentos gramatical e lexical), o enciclopédico (corresponde as informações armazenadas na memória de cada indivíduo), o sociointeracional (conhecimento sobre as ações verbais,



isto é, as formas de inter-ação através da linguagem que também engloba os atos ilocucionais) e, por fim, o conhecimento associado aos modelos textuais globais (possibilita o reconhecimento de textos enquanto gênero ou tipo textual). Conhecimentos que seriam essenciais para os indivíduos estabelecerem a comunicação, como dito no trecho a seguir:

[...] texto passa a ser considerado resultado de processos mentais: é a abordagem procedural, segundo a qual os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social, têm conhecimentos representados na memória que necessitam ser ativados para que sua atividade seja coroada de sucesso (KOCH, 2004, p. 21).

O sociocognitivismo interacionista avançou teoricamente em muitos aspectos, porém apresenta algumas lacunas, principalmente no que se refere à concepção de texto que, ainda, não traz à baila os aspectos ideológicos, bem como desconsidera os signos não verbais como elementos constitutivos da referenciação, resultando assim, numa análise pautada no código linguístico; Frisa-se também que, ao considerar os atos ilocucionais no conhecimento sociointeracional, presente no processamento textual, retoma, mesmo que indiretamente, o sujeito pragmático do terceiro momento da LT, eminentemente individual, contradizendo, destarte, com o sujeito sociocognitivista que postula um sujeito não individual mas social, onde os interlocutores são caracterizados por serem “atores/construtores sociais, o texto passa a ser visto como o próprio lugar da interação e os interlocutores como sujeitos ativos que dialogicamente nele se constroem e por ele são construídos” (KOCH, 2004, p. 32-33).

Desses estudos mencionados anteriormente, registra-se um notório avanço quando comparados aos estudos da pragmática de linha dura, haja vista terem dado espaço para o desenvolvimento dos seguintes temas: pesquisas inerentes à língua falada; a ampliação da definição de contexto que passa a abranger não apenas a situação comunicativa (contexto imediato), mas também o entorno sócio-histórico (contexto mediato), ampliação do arcabouço teórico da coesão textual; além da alteração do conceito de referência para a noção de referenciação.

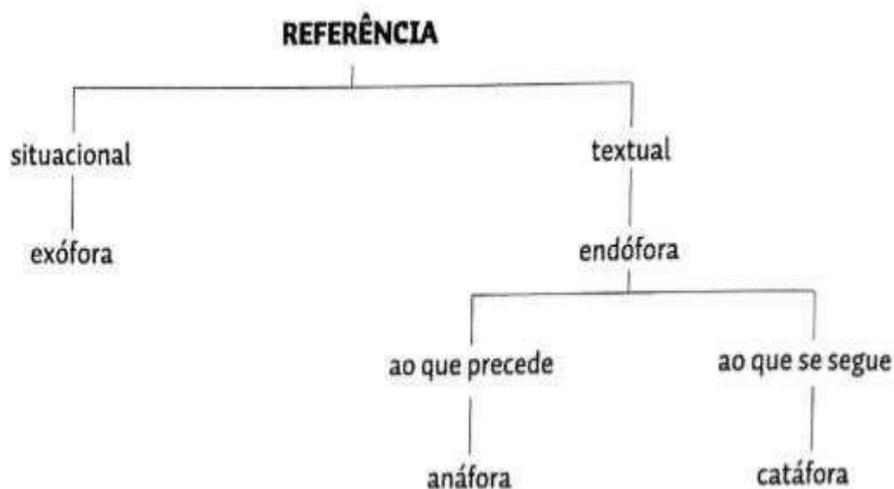
### 3 DA REFERÊNCIA PARA A REFERENCIAÇÃO

A noção de referência está ligada ao aspecto gramatical de uma língua, sendo ela definida, de acordo com Vieira (1998, p. 165), “como um processo segundo o qual se estabelece uma relação semântica entre dois elementos textuais ou ainda entre um elemento textual e outro extralinguístico”, ou seja, é a relação entre as formas linguísticas



e os objetos do mundo real. Halliday e Hasan (1976, p. 33) estudaram e elaboraram a noção de referência ilustrado no esquema a seguir:

Esquema 1- Classificação da referência.



Referência é constituída, segundo o esquema proposto por Halliday e Hasan (1976), por dois elementos: a exófora, que se estabelece no contexto situacional extralinguístico, estando o seu referente, conseqüentemente, fora do texto enquanto materialidade linguística; e a endófora, processada através da anáfora e da catáfora, cujos referentes encontram-se intratextualmente, em função de eles ocorrerem na superfície textual, processados através de signos linguísticos. A anáfora é caracterizada por ser uma interpretação dependente de uma outra expressão que lhe precede no contexto; já a catáfora é definida por depender de uma expressão que lhe sucede. Vale ressaltar ainda que, de acordo com Halliday e Hasan (1976), os elementos coesivos endofóricos só podem se realizar mediante expressões gramaticais (pronomes pessoais, possessivos, oblíquos de 3º pessoa etc.).

Com as pesquisas sociocognitivistas processa-se a substituição do conceito de referência pela noção de referenciação; com isso, o que antes era analisado como uma correlação entre língua e mundo, na referenciação, passa-se a construir objetos-de-discurso, ativados, desativados e reativados em operações relacionadas ao conhecimento partilhado entre os participantes do evento discursivo. Dessa maneira, visões e versões da realidade são construídas na/pela interação. Em outras palavras, os processos de referenciação são atividades nas quais as realidades e os objetos do mundo são modificados e recategorizados, sendo atribuídas a eles significações individuais pelos seus modificadores. Desse modo, de acordo com Koch e Elias (2008, p. 22), compreende-se a referenciação como um processo que costura a tessitura textual a partir de atividades discursivas atreladas ao saber sócio-histórico adquirido nas práticas sociais.



A referenciação, então, mostra-se como uma erudição que vai além do aspecto gramatical de uma língua, sendo, dessa maneira, irregular mediante a instabilidade de sua categorização como objeto que se estabelece pelos interlocutores do discurso. Apesar desse notório avanço, constata-se algumas limitações: a concepção de texto sem considerar os fenômenos histórico-sociais e os signos não verbais; os aspectos da coesão e da coerência presos às fases anteriores; enfim, manutenção de aspectos presentes nas fases anteriores, o que denota perfis formalistas. Reflexões que possibilitam, assim, uma nova fase, isto é, uma nova forma de se estudar a linguística textual.

#### 4 A FASE BAKHTINIANA: UM NOVO OLHAR PARA A LINGUÍSTICA

A fase bakhtiniana foi instaurada na transição entre os séculos XX e XXI no Brasil com os estudos de Heine (2012), visando suprir as lacunas existentes nos estudos anteriores da LT, no que concerne, sobretudo, à concepção de texto, de sujeito e de não valorizar, de modo objetivo, os signos não verbais como constitutivos da referenciação, dentre outros.

Diferentemente da aceção de texto das abordagens clássicas da LT, Heine, pautada em Bakhtin (1997, p. 124), para o qual:

“[...] a comunicação verbal é sempre acompanhada por atos sociais de caráter não verbal (gestos do trabalho, atos simbólicos de um ritual, cerimônias, etc.), dos quais ela é muitas vezes apenas o complemento, desempenhando um papel meramente auxiliar” (BAKHITIN, 1997, p.124 )

Sugere conceber o texto:

[...] como evento dialógico, semiótico, falado, escrito, abarcando, pois, não somente o signo verbal, mas também os demais signos no seio social (imagens, sinais, gestos, meneios da cabeça, elementos pictóricos, gráficos etc.). Assim compreendido, apresenta-se constituído de duas camadas que se imbricam mutuamente: a camada que pode constituir-se da linguagem verbal, ou da linguagem verbo- visual, ou ainda da linguagem não verbal, que pode efetivar-se ou não de princípios morfofonológicos, sintáticos, semânticos; e a camada histórico-ideológica, caracterizada pelo processamento de sentidos inferenciais e efetivada a partir de diferentes estratégias (conhecimentos de mundo, conhecimentos partilhados, intencionais, conhecimentos ideológicos, dentre outros) que vão alicerçar a construção desses sentidos. (HEINE, 2018, p. 18-19)

O dialogismo, segundo Heine (2014), remete à concepção da linguagem como



eminentemente social, oriunda das efetivas práticas discursivas; assim sendo, atua sobre a linguagem viva, semiótica e munida de entonações histórico-ideológicas, resultando assim, numa análise linguístico-discursiva que não compreende somente o código linguístico, mas também os fatores semióticos, sócio-históricos e ideológicos inerentes à língua oriunda das práticas sociais.

O texto, enquanto evento dialógico, nega a cotextualidade presente nas concepções textuais anteriores, pois o texto bakhtiniano estará sempre envolto de questões sociais, ideológicas, históricas, contextuais etc., devendo assim, ser considerado como uma construção dialógica e não como abstração.

Dessa maneira, com o adentramento dos estudos bakhtinianos na LT, Heine (2012) propõe a ampliação do conceito de referenciação para referenciação semiotizada, tendo em vista a necessidade imperativa de incluir também os elementos não verbais no processo de referenciação. A referida proposta apoia-se na concepção de texto como evento dialógico-semiótico (HEINE, 2012), vinculada à Fase Bakhtiniana da Linguística Textual, pelo fato de ater-se ao dialogismo do filósofo russo Mikhail Bakhtin. Essa alteração torna-se possível mediante a definição de texto proposta na fase bakhtiniana que abrange, dentre outros, a semiótica, ciência que estuda os signos no seio social, abarcando as suas diferentes formas de manifestações, linguísticas e não linguísticas. A referenciação semiotizada representa um passo substantivo da LT, por excluir, de forma incisiva, a possibilidade de conceber o texto, apenas centrado no código verbal, possibilitando também uma revisão acurada nos processos de coesão e coerência, tradicionalmente efetivados por meio de signos linguísticos.

## 5 CONCLUSÃO

O presente artigo objetivou analisar mediante a uma sucinta revisão das fases da Linguística Textual (LT), quais sejam: transfrástica, gramáticas de texto, teorias de texto e o momento sociocognitivista de Koch (2004), se os signos não verbais são vistos ou não como elementos constitutivos do texto, estando-os vinculados às funções de coesão e de coerência textual.

Nesse sentido, constatou-se, após processarmos as análises realizadas no decorrer do estudo, que a LT ainda delimita suas análises ao código verbal somente, lacuna denominada por Heine (2018) como o erro clássico da Linguística Textual, visto que essa lacuna encontra-se presente em todas as fases da Linguística Textual, inclusive no sociocognitívismo-interacionista, resultando assim, numa análise ainda presa ao contexto linguístico *stricto sensu*, além da ausência dos aspectos socioideológicos nas suas



análises.

Em vista disso, HEINE (2012; 2020) propõe a ampliação da noção de referenciação (MONDADA; DUBOIS, 1995) para referenciação semiotizada, pautada na Fase Bakhtiniana, proposta por Heine (2012), que responde à questão em tela, deixando claro que os signos não verbais são também constitutivos do texto, e não um mero complemento.

Dessa maneira, espera-se que o texto em foco contribua para o nosso objetivo de tornar a LT uma ciência mais discursiva, tendo como embasamento suas contribuições para o ensino-aprendizagem do texto em sala de aula, possibilitando, assim, uma reflexão no que tange ao objeto de estudo da LT, que encontra-se como dito por Heine (2018) “se metamorfoseando, em face de suas manifestações sincréticas nas práticas sociais”.

## REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, P. H; HEINE, L. M. B. *Incursões sobre a linguística no século XX com foco na linguística textual*. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2012. v. 01.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8. ed. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- BENTES, A C. Linguística Textual. In- MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001 p. 245/287)
- COSTA, C. *Filosofia da linguagem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- CUNHA, A. G. da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 157-176.
- HEINE, L. M. B. ASPECTOS DA LÍNGUA FALADA. *Revista (Con) Textos Linguísticos (UFES)*, v. 7, p. 196-216, 2012.
- HEINE, L. M. B. et al. *O texto no livro didático: reflexões e sugestões*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- HEINE, L. M. B. et al. *Inquietações do texto e do discurso: interpelações, debates e embates*. Salvador: EDUFBA, 2018.
- HEINE, L. M. B. *Aspectos do uso da anáfora no português oral*. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Pós Graduação do Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001.
- HALLIDAY, Michael; HASAN, Ruqaiya (1976). *Cohesion in English*. London: Longman.



KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Contexto, 2004.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos dos textos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. G. V; CUNHA LIMA, Maria Luiza. Do Cognitivismo ao Sóciocognitivismo. In: BENTES, A. C; MUSSALIM, F. (Org.). *Introdução à linguística - Fundamentos Epistemológicos*. Vol 3.1 ed. São Paulo, 2004, v.3, p. 251-300.

MARTINET, André. 1994. "An Early History of Word. Volumes 1 to 25". *Word*, 45: 1.27-37.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. 1995. *Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référentiation*. In: A. Berrendonner & M-J. Reichler-Béguelin (op. cit.), p.273-302.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2004.

PINTO, J. P. Pragmática. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.

VIEIRA, M. S. da. *História da alfabetização no Brasil: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização*. 1998. 267f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto dos Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

Título em inglês:

NON VERBAL ELEMENTS IN THE REFERENCING PROCESS